

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	9

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	20

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	65
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	66
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	574.438.888
Preferenciais	0
Total	574.438.888
Em Tesouraria	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
Total	35.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.973.777	2.400.675
1.01	Ativo Circulante	215.984	265.038
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.865	11.409
1.01.01.01	Caixa e Bancos	43	4
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	13.822	11.405
1.01.02	Aplicações Financeiras	66.125	82.723
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	66.125	82.723
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	66.125	82.723
1.01.03	Contas a Receber	126.666	152.140
1.01.03.01	Clientes	106.601	132.075
1.01.03.01.01	Valores a Receber de Clientes	88.045	111.188
1.01.03.01.02	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	370	235
1.01.03.01.03	Direitos de Créditos Autônomos	17.297	20.652
1.01.03.01.04	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	889	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.065	20.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.050	14.459
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.050	14.459
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.050	14.459
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.278	4.307
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.581	2.627
1.01.08.01.01	Imóveis para Venda	2.581	2.627
1.01.08.03	Outros	1.697	1.680
1.01.08.03.01	Outras Contas	1.697	1.680
1.02	Ativo Não Circulante	1.757.793	2.135.637
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.695.391	2.091.460
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	103.416	137.635
1.02.01.04	Contas a Receber	1.560.579	1.929.205
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.503.627	1.897.736
1.02.01.04.03	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	56.952	31.469
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	60	271
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	60	271
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.336	24.349
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.179	3.179
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	28.157	21.170
1.02.02	Investimentos	62.296	44.068
1.02.02.01	Participações Societárias	62.296	44.068
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	62.296	44.068
1.02.03	Imobilizado	55	37
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55	37
1.02.03.01.01	Imobilizado	55	37
1.02.04	Intangível	51	72
1.02.04.01	Intangíveis	51	72
1.02.04.01.02	Intangível	51	72

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.973.777	2.400.675
2.01	Passivo Circulante	96.993	138.079
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.032	991
2.01.01.01	Obrigações Sociais	200	221
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	200	221
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	832	770
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	832	770
2.01.02	Fornecedores	167	253
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	167	253
2.01.02.01.01	Fornecedores	167	253
2.01.03	Obrigações Fiscais	389	2.613
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	388	2.612
2.01.03.01.02	Impostos a Recolher	388	2.612
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	1	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.087	100.651
2.01.04.02	Debêntures	62.087	100.651
2.01.04.02.01	Debêntures	57.438	74.151
2.01.04.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	4.649	26.500
2.01.05	Outras Obrigações	33.318	33.571
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	177	499
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	177	499
2.01.05.02	Outros	33.141	33.072
2.01.05.02.04	Obrigações por Repasse	33.141	33.072
2.02	Passivo Não Circulante	1.604.707	1.819.164
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.593.507	1.805.549
2.02.01.02	Debêntures	1.593.507	1.805.549
2.02.01.02.01	Debêntures	1.417.195	1.414.286
2.02.01.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	176.312	391.263
2.02.02	Outras Obrigações	11.200	11.200
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.644	10.644
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	10.644	10.644
2.02.02.02	Outros	556	556
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	556	556
2.02.03	Tributos Diferidos	0	2.415
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	2.415
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	2.415
2.03	Patrimônio Líquido	272.077	443.432
2.03.01	Capital Social Realizado	1.160.193	1.145.550
2.03.01.01	Capital Social Domiciliados na País	1.160.193	1.145.550
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-871.378	-708.388
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-16.733	6.275

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	19.653	28.129
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-54.733	-44.698
3.03	Resultado Bruto	-35.080	-16.569
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-129.367	23.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.086	-1.935
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-127.292	25.351
3.04.03.01	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-140.393	21.900
3.04.03.02	Perdas/Ganhos na Recuperação de Direitos Creditórios	12.995	3.580
3.04.03.03	Perdas/Ganhos na Recuperação de Participações Acionárias	106	-129
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11	150
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-314
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-314
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-164.447	6.683
3.06	Resultado Financeiro	1.457	2.041
3.06.01	Receitas Financeiras	1.464	2.073
3.06.02	Despesas Financeiras	-7	-32
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-162.990	8.724
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-162.990	8.724
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-162.990	8.724
3.99.01.01	ON	-0,2837	0,01519

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-162.990	8.724
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-23.008	-1.135
4.02.01	Variação no Valor Justo de Investimentos	-25.422	-1.720
4.02.02	Tributação s/Variação no Valor Justo de Investimentos	2.414	585
4.03	Resultado Abrangente do Período	-185.998	7.589

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-12.168	26.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-480	547
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-162.990	8.724
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24	30
6.01.01.03	Redução ao Valor Recuperável	-106	-3.451
6.01.01.04	Resultado de Ajustes a Valor Justo	153.881	-16.472
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	314
6.01.01.06	Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	-12.995	0
6.01.01.07	Variação Monetária Líquida	6.869	11.301
6.01.01.08	Custo de Transação a Amortizar	101	101
6.01.01.09	Encargos Financeiros de Contrato de Opções Flexíveis	14.736	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.688	25.491
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de Contas a Receber (Exceto JSCP e Dividendos)	-264	-608
6.01.02.02	(Aumento)/Diminuição de JSCP e Dividendos	-135	41.231
6.01.02.03	(Aumento)/Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	50.817	11.729
6.01.02.04	(Aumento)/Diminuição de Tributos a Recuperar	2.422	-606
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de Imóveis para Venda	46	0
6.01.02.07	(Aumento)/Diminuição de Outras Contas do Ativo	-17	-54
6.01.02.08	Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	-86	94
6.01.02.09	Aumento/(Diminuição) de Salários e Encargos Sociais	41	60
6.01.02.10	Aumento/(Diminuição) de Tributos a Recolher	-2.224	-1.188
6.01.02.11	Aumento/(Diminuição) de Obrigações por Repasse	-253	-86
6.01.02.12	Recebimentos de Créditos Autônomos	4.775	6.809
6.01.02.14	Juros Pagos Sobre Debêntures de 5ª Emissão	-27.998	-31.890
6.01.02.16	Amortização de Debêntures de 5ª Emissão	-24.076	0
6.01.02.17	Amortização de Contrato de Opções Flexíveis	-14.736	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19	-69.205
6.02.01	Aquisições de Investimentos	0	-69.055
6.02.02	Aquisições de Imobilizado/Intangível	-21	-150
6.02.03	Baixas de Investimentos/Imobilizado	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.643	40.000
6.03.01	Integralização de Capital	14.643	40.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.456	-3.167
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.409	4.146
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.865	979

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.145.550	-5	0	-708.388	6.275	443.432
5.04	Transações de Capital com os Sócios	14.643	0	0	0	0	14.643
5.04.01	Aumentos de Capital	14.643	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-162.990	-23.008	-185.998
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-162.990	0	-162.990
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.008	-23.008
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-25.422	-25.422
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.414	2.414
5.07	Saldos Finais	1.160.193	-5	0	-871.378	-16.733	272.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.080.702	-5	0	-699.894	6.622	387.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.080.702	-5	0	-699.894	6.622	387.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.724	-1.135	7.589
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.724	0	8.724
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.135	-1.135
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.720	-1.720
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	585	585
5.07	Saldos Finais	1.120.702	-5	0	-691.170	5.487	435.014

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	15.422	18.664
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	611	806
7.01.02	Outras Receitas	14.811	17.858
7.01.02.01	Receitas de Recuperação de Crédito	1.167	728
7.01.02.02	Receitas de Atualização de Créditos	13.559	16.980
7.01.02.03	Outras Receitas	85	150
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	11.935	2.865
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-399	0
7.02.04	Outros	12.334	2.865
7.02.04.01	Custos Processuais	-21	-55
7.02.04.02	Serviços Tomados de Terceiros	-474	-235
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-272	-296
7.02.04.04	Perdas/Ganhos na Recuperação de Valores Ativos	12.995	0
7.02.04.05	Provisão/Reversão de Perdas de Investimentos	106	3.451
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.357	21.529
7.04	Retenções	-24	-30
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.333	21.499
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-151.490	19.343
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-314
7.06.02	Receitas Financeiras	2.196	3.001
7.06.03	Outros	-153.686	16.656
7.06.03.01	Receitas de Participações Acionárias	195	184
7.06.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-153.881	16.472
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-124.157	40.842
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-124.157	40.842
7.08.01	Pessoal	1.959	1.883
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.628	1.576
7.08.01.02	Benefícios	215	196
7.08.01.03	F.G.T.S.	116	111
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.350	1.527
7.08.02.01	Federais	1.305	1.471
7.08.02.03	Municipais	45	56
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.524	28.708
7.08.03.01	Juros	20.427	28.281
7.08.03.02	Aluguéis	11	11
7.08.03.03	Outras	15.086	416
7.08.03.03.01	Obrigações por Repasse	244	310
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	5	5
7.08.03.03.03	Custo de Transação de Debêntures	101	101
7.08.03.03.04	Encargos Financeiros com Opções	14.736	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-162.990	8.724
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-162.990	8.724

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1 ITR de 2020 | Controladora



1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Este primeiro trimestre de 2020 representou um período atípico sem precedentes na história da Companhia, que, assim como todo o mercado brasileiro e internacional, sofreu os impactos da pandemia causada pelo COVID-19.

A MGI, em consonância com as diretrizes do Estado de Minas Gerais, seu acionista controlador, elaborou plano de contingência para lidar com a situação, de modo a proteger seus colaboradores e demais partes relacionadas, sem prejudicar a continuidade dos seus negócios.

Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação destas informações, a adesão ao regime de teletrabalho corresponde a cerca de 95% do quadro de colaboradores, mantendo-se apenas uma estrutura mínima de trabalho presencial, mediante rodízio. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento, bem como o contato com seus *stakeholders*.

O impacto causado pela pandemia na economia mundial afetou de forma relevante a Companhia, sobretudo em relação aos seus ativos financeiros. O ajuste a valor justo sobre os direitos creditórios do contrato de empréstimo de ações, celebrado no contexto das obrigações vinculadas à quinta emissão de debêntures, foi fortemente impactado pela desvalorização das ações preferenciais de emissão da Cemig (CMIG4), objeto do instrumento, sendo este o fator preponderante para o prejuízo auferido no período. Em contrapartida, essa mesma desvalorização das ações impactou favoravelmente nos contratos de opções flexíveis sobre ações, mas não o suficiente para aplacar o prejuízo atrelado ao empréstimo de ações. A carteira de direitos de crédito autônomos também foi consideravelmente impactada pelo desaquecimento da atividade econômica, o que acarretou o aumento da inadimplência por parte dos contribuintes.

Em relação aos aspectos operacionais, a Companhia conseguiu manter suas operações em pleno funcionamento, obtendo êxito na implementação do teletrabalho. A dedicação e empenho de seus colaboradores tem sido fator primordial para esse resultado. A atividade de gestão de ativos merece destaque pelos excelentes resultados auferidos no período, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, como fruto de um trabalho de remodelagem das estratégias de atuação implementado a partir do segundo semestre de 2019. Ainda assim, a Administração prevê que os impactos econômicos da pandemia possam afetar essa atividade no futuro, e vem buscando minimizar esses efeitos a médio e longo prazo.

Diante do cenário atual e das variáveis expostas, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados neste período, o que lhe impulsiona a perseguir ótimos índices de qualidade na prestação dos seus serviços, considerando a peculiaridade da atuação da Companhia, que busca não apenas a lucratividade, mas também uma contribuição efetiva ao Estado no atendimento do interesse público, procurando satisfazer, de forma equitativa, os interesses de seus principais stakeholders.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1 ITR de 2020 | Controladora****2. DESEMPENHO OPERACIONAL**

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluía nas informações contábeis intermediárias consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019. Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

Gestão de Ativos

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/03/2020	31/03/2019	Variação %
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	1.167	728	60
Imóveis Próprios da MGI advindos da EMIP	74	-	100
Total Ativos MGI	1.241	728	170
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	1.063	32	3.222
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	8.102	7	115.643
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	9.165	39	23.400

Conforme se verifica no quadro acima, em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no primeiro trimestre de 2020, o montante de R\$1.167 mil, superior em 60% ao mesmo período de 2019, quando a arrecadação totalizou R\$728 mil.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais.

No primeiro trimestre de 2020, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$9.165 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi superior em 23.400% ao apurado no primeiro trimestre de 2019, quando totalizou R\$39 mil.

Em relação à recuperação de créditos, mesmo existindo uma tendência de decréscimo em razão da redução do estoque de créditos, a melhoria do resultado foi expressiva, em razão de novas estratégias de atuação implementadas pela Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1 ITR de 2020 | Controladora



Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera razoáveis os valores arrecadados na gestão de ativos.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possui contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo no acompanhamento judicial das ações relacionadas aos créditos e imóveis do Estado proveniente dos bancos extintos e privatizados. Esse contrato possibilita maior sinergia entre as esferas administrativa e judicial, contribuindo para os resultados alcançados.

Os contratos com ambos os clientes geraram uma receita total de R\$611 mil no período em referência. Esse valor reduziu em 24% em relação ao apurado no mesmo período do exercício anterior, quando totalizou R\$806 mil.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de março de 2020, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.882.817 mil (R\$1.834.566 mil em 31 de março de 2019).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$13.559 mil, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$3.419 mil (R\$6.809 mil em 31 de março de 2019).

A Companhia possui, ainda, considerando março de 31 de março de 2020, um saldo de R\$1.145 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. No trimestre em referência, esse crescimento foi potencializado em razão da pandemia causada pelo COVID-19 e seus impactos econômicos.

A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$868.095 mil na posição de 31 de março de 2020 (R\$752.164 mil em 31 de março de 2019).

O saldo da carteira de direitos de crédito autônomos, incluindo os parcelamentos rompidos, poderá ser utilizado para quitação da 2ª emissão de debêntures, em conformidade com a respectiva escritura de emissão.

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de março de 2020, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
1 ITR de 2020 | Controladora

De janeiro a março de 2020, a Companhia registrou custos de R\$20.427 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No mesmo período do exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$28.281 mil. O decréscimo de 27,7% foi devido à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures, e à redução do saldo devedor, em razão das amortizações realizadas.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a março de 2020:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
5ª emissão	27.998	24.076	52.074

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.069.716 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o trimestre, não ocorreram amortizações extraordinárias.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Ao tomar como referência 31 de março de 2020, a MGI possui um saldo de R\$606.539 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. De janeiro a março, foram pagas as parcelas semestrais de juros e amortização do principal, nos valores de R\$27.998 mil e R\$24.076 mil, respectivamente.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$195 mil no trimestre, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas superaram em 6% as auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$184 mil.

A Companhia não realizou novos investimentos em participações acionárias neste primeiro trimestre de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
1 ITR de 2020 | Controladora**Convênios**

Durante este trimestre, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Embora não tenham sido celebrados novos convênios no período, a Companhia vem realizando o repasse de parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores, além do foco principal na análise de prestações de contas de convênios encerrados.

A MGI repassou aos convenientes, neste 1º trimestre de 2020, o montante de R\$170 referentes a parcelas remanescentes de convênios. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$218 no período, a variação líquida foi negativa em R\$48, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.167.441 em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.167.393, em 31 de março de 2020.

Secretarias	31/12/2019	Movimentação		31/03/2020
	Saldo inicial	Pagamentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.899	-	-	1.899
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.535	-	(9)	89.526
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	19.946	-	-	19.946
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	994.344	170	(209)	994.305
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.700	-	-	34.700
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.167.441	170	(218)	1.167.393

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis por uma primeira análise e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1 ITR de 2020 | Controladora**

conveniente, por consequência, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo, a Companhia, na referência de 31 de março de 2020, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor
Convênios Vigentes	267	160.458
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	1.030	454.924
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	159	559.673
Julgados reprovados	1	100
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	52	30.988
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	6	4.716
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	4	2.595
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.215.780

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
1 ITR de 2020 | Controladora**3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO****Receita Operacional Líquida**

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/03/2020	31/03/2019	Variação (%)	Análise Vertical 2020 (%)
Variação monetária ativa	13.559	16.980	(20)	69
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	4.252	9.619	(56)	22
Receita de participação acionária	195	184	6	1
Recuperação de Créditos	1.167	728	60	6
Prestação de serviços	611	806	(24)	3
Receitas de vendas de imóveis	74	-	100	0
PIS/COFINS/ISS	(205)	(188)	9	(1)
TOTAL	19.653	28.129	(30)	100

No período encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$19.653 mil, 30% inferior ao mesmo período de 2019, quando alcançou R\$28.129 mil.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 20%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; e (ii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 56% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, em conjunto, 91% da receita operacional líquida do período.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/03/2020	31/03/2019	Variação (%)	Análise Vertical 2020 (%)
Juros sobre debêntures	20.427	28.281	(28)	38
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	17.740	15.047	18	32
Pessoal	799	737	8	1
Amortização de custos de transação	101	101	-	-
Obrigações por repasse	244	310	(21)	-
Serviços de terceiros	241	139	73	-
Custos dos imóveis vendidos	399	-	-	1
Despesas judiciais	21	55	(62)	-
Demais custos	25	28	(11)	-
Encargos financeiros com opções	14.736	-	-	28
CUSTO TOTAL	54.733	44.698	22	100

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1 ITR de 2020 | Controladora



O custo operacional totalizou R\$54.733 mil no período, superior em 22% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$44.698 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizaram R\$20.427 mil no período, representando 38% do custo total. Este custo apresentou diminuição de 28% em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da redução da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, cuja remuneração é indexada à taxa DI, e à redução do saldo devedor em virtude das amortizações semestrais das debêntures de 5ª emissão.

Outro item relevante para o custo total foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$17.740 mil no período, 18% superior ao mesmo período do ano anterior e que representa 32% do custo operacional.

Merece destaque, também, o custo com encargos financeiros das opções, no valor de R\$14.736 mil, referente à liquidação da 2ª tranche das opções de compra. Esse valor corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao preço de exercício da mesma, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche. Tendo em vista que os vencimentos das opções ocorrem em tranches semestrais, sendo o primeiro pagamento em julho/2019, não havia esse custo no primeiro trimestre de 2019, embora o compromisso tenha sido assumido no exercício de 2015, por ocasião da assinatura do contrato de opções flexíveis sobre ações.

O custo com pessoal apresentou aumento de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido aos reflexos das verbas rescisórias decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), portanto, trata-se de aumento pontual no período em análise. Informamos, ainda, que os cálculos elaborados pela Companhia demonstraram a viabilidade do PDV, que proporcionará redução de gastos a médio e longo prazo, e que está em consonância com as Diretrizes do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais (CCGE). Esse aumento gerou um baixo impacto sobre o custo total, pois representa apenas 1% desse valor.

Os demais custos foram pouco representativos, em relação ao custo total da Companhia.

Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$35.080 mil no período, enquanto no exercício ano anterior houve resultado negativo de R\$16.569 mil.

O fator preponderante para o aumento do resultado operacional bruto negativo foi a diminuição da receita líquida em 30%, em virtude da redução da variação monetária ativa da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) em 20%, e do ajuste a valor justo da mesma carteira em 56%. Tendo em vista que essas receitas representam, em conjunto, 91% da receita total, as reduções observadas impactaram significativamente o resultado bruto, mesmo com o crescimento da receita de participação societária em 6%.

O aumento do custo operacional em 22% também influenciou significativamente o resultado. Esse aumento foi devido, principalmente, aos encargos financeiros com opções e ao crescimento da amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
1 ITR de 2020 | Controladora**Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido reduziu 28,6%, de R\$2.041 mil em 31 de março de 2019 para R\$1.457 mil em 31 de março de 2020, em razão, principalmente, da redução da taxa de juros.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos. A redução se deu pela diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão do pagamento das debêntures e opções.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/03/2020	31/03/2019	Variação %
Resultado do Período	(162.990)	8.724	(1968%)
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(1.457)	(2.041)	(29%)
(+) Depreciação e Amortização	24	30	(20%)
LAJIDA	(164.423)	6.713	(2549%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	140.393	(21.900)	(741%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	(12.995)	(3.580)	263%
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	13.488	5.428	148%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	(106)	129	(182%)
LAJIDA AJUSTADO	(23.643)	(13.210)	79%

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de março de 2020, LAJIDA negativo de R\$164.423 mil. No exercício anterior, o indicador foi positivo, no valor de R\$6.713 mil.

(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1 ITR de 2020 | Controladora



- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$23.643 mil em 31 de março de 2020. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$13.210 mil.

Portanto, percebe-se que, excluídos os impactos das receitas e despesas que não afetam a geração de caixa, houve piora de resultado no primeiro trimestre de 2020, em comparação ao mesmo trimestre de 2019, em razão do resultado operacional bruto, já explanado acima.

Resultado Líquido

O fator preponderante para a Companhia ter obtido um resultado líquido negativo no valor de R\$162.990 mil, está relacionado a fatores mercadológicos e ao impacto financeiro do COVID-19 na economia.

Conforme se verifica no LAJIDA e LAJIDA ajustado, o prejuízo auferido neste trimestre, deveu-se ao resultado negativo de ajustes a valor justo, sendo que esse resultado não afeta o caixa. Os ajustes a valor justo estão vinculados aos contratos de opções e aos contratos de empréstimos de ações e sua variação deriva de variáveis de mercado exógenas à Companhia. Infere-se, portanto, que a reversão do lucro auferido em 31 de março 2019 em prejuízo em 31 de março de 2020 não se deveu a fatores operacionais, mas sim a variáveis de mercado.

4. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

5. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o primeiro trimestre de 2020 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2020

A Administração

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais 31 de março de 2020 (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”) e com sede em Belo Horizonte/MG.

A MGI tem como objeto social:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

Notas Explicativas



- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$1.167 e R\$728, respectivamente (vide nota 17).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$868.095 em 31 de março de 2020, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência (vide nota 7.c).

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”) (vide nota 12), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela: (i) alienação fiduciária de 1.003.716 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, (ii) pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 86.055.995 ações CMIG4s (vide nota 11.a), e (iii) pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

Notas Explicativas



2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Essas informações contábeis intermediárias são aplicáveis à elaboração das ITR's, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, cuja emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02 de junho de 2020.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em controlada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado e em outros resultados abrangentes; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC/IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas



- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 11 – Outros investimentos
- Nota 12 – Debêntures
- Nota 13 – Obrigações por repasse

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluía nas informações contábeis intermediárias consolidadas a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, que teve sua incorporação concretizada pela Companhia em 10 de julho de 2019. Consequentemente, a partir dessa data, a Companhia passou a não ser requerida a apresentar balanço patrimonial consolidado, remanescendo a apresentação das demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado representando as respectivas transações até a data da incorporação da EMIP.

Sendo assim, na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas correspondentes de 31 de março de 2019, foram utilizadas as informações contábeis intermediárias individuais da ex-subsidiária integral (EMIP), as quais são consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas



Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA, como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas



ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 12 e 13).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos quatro primeiros meses do exercício subsequente, conforme definido no Estatuto Social e na Política de Distribuição de Dividendos.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Notas Explicativas



As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (vide nota 7.c), e crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (vide nota 7.e).

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de *default*, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês da prestação do serviço, que ocorre mensalmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF e para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”). Para o contrato de alienação de imóveis, celebrado com a SEF, é considerado como mês base da prestação de serviço a data de finalização do processo de venda dos imóveis, sobre a qual a Companhia recebe uma comissão.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

Notas Explicativas



As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, de aplicações em fundos e em CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

h. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

i. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas



4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “valuation”. Técnicas de “valuation” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (vide nota 23).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.f refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações das ações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 23, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/03/2019	1.834.566	(1.048.485)	(33.917)	752.164
31/12/2019	1.873.180	(1.018.762)	(13.207)	841.211
31/03/2020	1.882.817	(1.005.767)	(8.955)	868.095

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida pelo EMG em troca das debêntures emitidas pela MGI, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

Notas Explicativas



c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	43	3
Aplicações financeiras	13.822	11.406
	13.865	11.409

As aplicações financeiras da Companhia são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas a pagamentos de:		
Convênios	a. 8.282	8.166
Debêntures	b. 57.843	74.557
Circulante	66.125	82.723
Aplicações financeiras vinculadas aos pagamentos de:		
Debêntures	b. 103.416	137.635
Não circulante	103.416	137.635
Total	169.541	220.358

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- Valor referente aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios.
- As aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

Notas Explicativas



7 Contas a receber e outros créditos

		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	370	235
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	864	662
Outras contas a receber – diversos		231	207
Créditos a recuperar		14	14
Direitos de Créditos Autônomos	c.	17.297	20.653
Contas a receber - Credit Suisse	g.	20.065	20.065
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f.	86.936	110.304
Circulante		125.777	152.140
Direitos de Créditos Autônomos	c.	850.798	820.558
Contas a receber do EMG	d.	60	271
Outras Contas a receber – diversos		808	770
Créditos a receber - Goes Cohabita	e.	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	e.	(5.105)	(5.105)
Direitos Creditórios - Credit Suisse	f.	652.021	1.076.408
Não Circulante		1.503.687	1.898.007
Total		1.629.464	2.050.147

- a) Os dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrem dos investimentos da Companhia em participação acionária na CEMIG no valor de R\$235 e na COPASA no valor de R\$135.
- b) A Companhia possui com o EMG contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”) e à Advocacia Geral do Estado (“AGE”), cujos saldos em aberto em 31 de março de 2020 montam R\$392 e R\$472, respectivamente.
- c) Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (conforme nota explicativa 13.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Notas Explicativas



Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de março de 2020.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Movimen- -tação	Renego- -ciação (AVJ)	Variação AVJ e impairment	Atualização Monetária	Recebi- -mentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/03/2020
Circulante	20.653	(11.918)	-	-	13.126	(3.419)	(1.145)	17.297
Não Circulante	1.852.527	11.918	642	-	433	-	-	1.865.520
Ajuste a valor justo	(13.207)	-	-	4.252	-	-	-	(8.955)
Impairment acumulado	(1.018.762)	-	-	12.995	-	-	-	(1.005.767)
Totais	841.211	-	642	17.247	13.559	(3.419)	(1.145)	868.095

No período encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$1.145 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG (R\$4.154 em 31/03/2019). Esses valores são transferidos para a rubrica (contas a receber do EMG) (nota 7d), da qual são baixados após o efetivo repasse para a MGI mensalmente.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	2.027
A vencer:	
Até 12 meses	15.270
de 12 a 24 meses	11.412
de 24 a 36 meses	9.492
de 36 a 48 meses	8.260
de 48 a 60 meses	7.545
Após 60 meses	20.812
Total do valor nominal atualizado	74.818
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.807.999
Ajustes a valor justo (2)	(8.955)
Impairment acumulado (3)	(1.005.767)
Total	868.095

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas de parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de março de 2020.

Notas Explicativas



Impacto do COVID-19

O COVID-19 causou e vem causando impactos na economia diante da situação de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual reforçou a necessidade de implementação de medidas de distanciamento social que impactam negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. Isso para o Estado de Minas Gerais é prejudicial pois é daí a sua maior obtenção de receita, que é o recolhimento do imposto ICMS que incide sobre as mercadorias e serviços vendidos. Medidas de enfrentamento da crise econômica vem sendo implementadas pelos governos, mas os impactos da recessão econômica parecem inevitáveis e seus efeitos ainda não são mensuráveis.

A carteira ativa de DCA reduziu seu valor ao longo deste primeiro trimestre, o que já era esperado pela Companhia, pois parte deste valor foi pago pelos contribuintes ou deixaram de ser pagos a mais de 90 dias e foram classificados como rompidos.

A tendência normal desta carteira ativa é de redução deste valor até julho de 2022 quando se encerra a 2ª emissão das debêntures e os valores não pagos e rompidos da carteira de DCA serão utilizados como meio de pagamento das debêntures.

A variação da carteira ativa no período findo em 31 de março de 2020 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Carteira Ativa	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	80.044	-	-
Janeiro/2020	78.834	(1.210)	(1,51)
Fevereiro/2020	86.266	7.432	9,43
Março/2020	74.818	(11.448)	(13,27)

Com exceção do mês de fevereiro, em que houve um aumento da carteira ativa de DCA, todos os demais seguiram em queda em relação ao mês anterior. O que se pode observar em março, período que o COVID-19 foi mais atuante até então, foi uma queda mais significativa de R\$11.448 na qual boa parte foi migrado para os rompidos.

A variação dos direitos creditórios rompidos no período findo em 31 de março de 2020 encontra-se apresentada a seguir:

Mês	Rompidos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	1.444.969	-	-
Janeiro/2020	1.449.157	4.188	0,29
Fevereiro/2020	1.444.806	(4.351)	(0,30)
Março/2020	1.459.192	14.385	1,00

Em relação aos rompidos, a tendência que vem ocorrendo recentemente é de que a cada mês estes valores aumentem, com exceção de fevereiro em que houve uma redução. Em março, o impacto foi do aumento em R\$14.385 acima do normal.

A redução da carteira ativa e o aumento dos rompidos, significa uma redução dos recebimentos dos créditos tributários, o que se pode ver conforme tabela abaixo.

Mês	Recebimentos	Variação Mensal (R\$)	Variação Mensal (%)
Dezembro/2019	2.123		

Notas Explicativas



Janeiro/2020	2.087	(36)	(1,72)
Fevereiro/2020	1.990	(97)	(4,65)
Março/2020	1.452	(537)	(27,00)

Como o isolamento social começou em meados de março de 2020, o impacto no recebimento dos créditos já pode ser observado, por apresentar uma variação de 27% contra 4,65% do mês anterior, correspondente a cerca de R\$440, valor que representa o aumento da inadimplência destes créditos comparado a fevereiro de 2020.

Outro impacto significativo ocorreu sobre o valor justo dos direitos creditórios do empréstimo de ações, que apresentou uma redução de R\$404.726, conforme exposto na alínea f, em função da queda na cotação das ações preferenciais da Cemig, como um reflexo dos impactos do COVID-19 sobre a Bolsa de Valores. Esta perda de valor justo foi o fator que mais impactou o resultado negativo auferido no período.

- d) Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros. No período findo em 31 de março de 2020, foi repassado à MGI, pelo EMG, o valor de R\$1.356.
- e) Em 1989, a MGI alienou o controle acionário do Banco Agrimisa S.A. para a Góes Cohabita Participações Ltda. Em 1990 foi ajuizada Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, ainda em trâmite, visando anular a operação de alienação citada. Considerando este fato, o Conselho de Administração da Companhia, de forma a prevenir os efeitos de eventual sucesso da Ação Popular, deliberou pela provisão da perda total do crédito, em 20 de junho de 2002, conforme Ata da 95ª Reunião.
- f) Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 86.055.995 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (BICS) de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações. Em janeiro de 2020, ocorreu o vencimento da 2ª tranche das opções de compra e venda, e com isso, deveria haver a devolução de 4.878.571 ações CMIG4 para a MGI, porém decidiu-se fazer o 7º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria devolver e a quantidade de ações que deveria receber da MGI (1.758.293 ações), resultando em 3.120.278 ações CMIG4 devolvidas a MGI no valor de R\$43.028.

A MGI, baseando-se no CPC 48 – Instrumentos financeiros, apurou perda de ajuste a valor justo sobre 82.935.717 ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Total (R\$)	Cotação em 31/03/2020 (R\$)	Aumento/(redução) do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/(Perda) de Valor Justo(R\$)	Saldo em 31/03/2020 (R\$)
CEMIG	81.911.347	13,79	1.129.557	8,91	(4,88)	(399.727)	729.830
	228.800(*)	13,79	3.155	8,91	(4,88)	(1.117)	2.038
	795.570(**)	13,79	10.971	8,91	(4,88)	(3.882)	7.089
Totais	82.935.717		1.143.683			(404.726)	738.957
Circulante	9.757.142						86.936
Não circulante	73.178.575						652.021

(*) Ações adquiridas no exercício de 2017 e emprestadas em janeiro de 2019.

(**) Ações adquiridas e emprestadas em janeiro de 2019.

Notas Explicativas



Ações	Quantidade	Cotação/ Custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/03/2019 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)	Saldo em 31/03/2019 (R\$)
CEMIG	81.911.347	13,86	1.135.291	13,90	0,04	3.276	1.138.568
	228.800	6,57	1.503	13,90	7,33	1.677	3.180
	4.919.554	13,96	68.654	13,90	(0,06)	(273)	68.382
Totais	87.059.701		1.205.449			4.681	1.210.130
Circulante	9.164.178						127.382
Não circulante	77.895.523						1.082.748

Ações	Quantidade	Valor de custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Aumento/ (redução) do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/(Perda) de Valor Justo (R\$)	Saldo em 31/12/2019 (R\$)
CEMIG	81.911.347	13,86	1.135.292	13,79	(0,07)	(5.734)	1.129.558
	228.800(*)	6,57	1.503	13,79	7,22	1.652	3.155
	3.915.848(**)	13,9554	54.647	13,79	(0,1654)	(648)	53.999
Totais	86.055.995		1.191.442			(4.730)	1.186.712
Circulante	7.998.849						110.304
Não circulante	78.057.146						1.076.408

(*) Ações adquiridas no exercício de 2017 e emprestadas em janeiro de 2019.

(**) Ações adquiridas e emprestadas em janeiro de 2019.

- g) As contas a receber do Credit Suisse, no montante de R\$20.065, referem-se a dividendos e JCP correspondentes às ações CMIG4 emprestadas pela MGI ao Credit Suisse, a serem pagos pela CEMIG em duas parcelas, até 31 de dezembro de 2020. Conforme cláusula 3.3 do contrato de empréstimo de ações, os proventos líquidos efetivamente recebidos pelo Credit Suisse, relativos às ações emprestadas, serão ressarcidos à MGI em até 01 (um) dia útil após a solicitação formal pela Companhia.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores à data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de março de 2020:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
13/07/2020	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10

Notas Explicativas



12/01/2024	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	4.878.571	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.571	11.10
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	4.878.581	5,44	MGI	Credit Suisse	4.878.581	11.10
TOTAL			82.935.717				82.935.717	

Conforme estabelecido no Contrato de Hedge, em sua cláusula 6 “Ajustes Adicionais”, toda vez que ocorrer anúncio de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pela CEMIG referentes às ações preferenciais da companhia (CMIG4), a quantidade e o preço de exercício das opções devem ser ajustados de acordo com este contrato.

Fica acordado que, caso o Credit Suisse solicite o novo empréstimo de ações CMIG4s devido aos ajustes adicionais, a quantidade de ações emprestadas deve ser pelo menos igual ao somatório das quantidades de opções flexíveis de compra então vigentes.

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Em janeiro de 2020, ocorreu o vencimento da 2ª tranche das opções flexíveis de compra e de venda. Como o preço médio da ação (no valor de R\$14,12) foi superior ao preço de exercício das Opções Flexíveis de Compra (valor de R\$11,10), a Companhia efetuou o pagamento no valor total de R\$14.736 ao Credit Suisse, equivalente à diferença do preço de liquidação em relação ao de exercício no valor de R\$3,02 multiplicado pela quantidade de 4.878.571 opções.

A tabela abaixo apresenta os resultados encontrados, por meio de cálculo feito usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
13/07/2020	47,79%	0,01	4.878.571	66	0,23	4.878.571	1.132
12/01/2021	47,79%	0,17	4.878.571	823	0,72	4.878.571	3.517
12/07/2021	45,11%	0,30	4.878.571	1.470	0,98	4.878.571	4.802
12/01/2022	45,11%	0,45	4.878.571	2.176	1,27	4.878.571	6.212
12/07/2022	44,96%	0,55	4.878.571	2.702	1,52	4.878.571	7.420
12/01/2023	44,96%	0,64	4.878.571	3.115	1,76	4.878.571	8.571
12/07/2023	46,24%	0,74	4.878.571	3.629	2,04	4.878.571	9.928
12/01/2024	46,24%	0,80	4.878.571	3.883	2,22	4.878.571	10.848

Notas Explicativas



12/07/2024	49,17%	0,94	4.878.571	4.564	2,56	4.878.571	12.490
13/01/2025	49,17%	0,96	4.878.571	4.701	2,72	4.878.571	13.255
14/07/2025	48,04%	0,95	4.878.571	4.624	2,79	4.878.571	13.598
12/01/2026	48,04%	0,96	4.878.571	4.666	2,91	4.878.571	14.200
13/07/2026	45,77%	0,88	4.878.571	4.315	2,89	4.878.571	14.090
12/01/2027	45,77%	0,88	4.878.571	4.304	2,99	4.878.571	14.589
12/07/2027	45,88%	0,88	4.878.571	4.312	3,09	4.878.571	15.053
12/01/2028	45,88%	0,88	4.878.571	4.270	3,17	4.878.571	15.450
12/07/2028	45,88%	0,87	4.878.581	4.221	3,24	4.878.581	15.806
TOTAL			82.935.717	57.841		82.935.717	180.961
Circulante			9.757.142	889		9.757.142	4.649
Não Circulante			73.178.575	56.952		73.178.575	176.312

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2019	AVJ (nota 20)	31/03/2020
Opções de Venda	31.469	26.372	57.841
Opções de Compra	417.763	(236.803)	180.961

Impacto do COVID-19

Devido à propagação do COVID-19, houve uma piora do cenário econômico com a redução da atividade econômica em todo o país afetando as empresas e consequentemente a Bolsa de valores, em que a MGI possui ações preferenciais da CEMIG (“CMIG4”), bem como opções flexíveis de compra e venda sobre ações CMIG4 listadas na B3, e que afetam o Índice de Cobertura utilizado para cálculo da suficiência das garantias das debêntures da 5ª emissão.

	31/12/2019	31/03/2020
Cotação da CEMIG	13,79	8,91
Opções de Compra	417.763	180.960
Opções de Venda	31.468	57.841
Diferença das Opções	386.294	123.120

Como se observa na tabela acima, o impacto da epidemia é visível para os dados apresentados. O primeiro deles é a cotação da CEMIG na B3, onde a cotação cai em R\$4,88, ou seja, uma queda de aproximadamente 35% no intervalo de três meses.

O impacto pode ser visto nas opções de compra, em que ocorreu uma redução de R\$236.803, equivalente a 57%. Estas opções são um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Cabe observar que em janeiro de 2020, houve o vencimento da 2ª tranche, cujo valor da opção de compra naquela data era próximo de R\$13.060. Neste momento, ao preço de R\$8,91 informado acima, o preço de liquidação encontra-se agora abaixo do preço de exercício deste tipo de opção (R\$11,10), o que explica a queda significativa.

Em relação às opções de venda, a desvalorização da ação faz com que estas opções se valorizem mais, portanto o aumento aproximado de R\$26.372, ou seja, 83% de aumento quando comparado ao exercício anterior. Estas opções são um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja

Notas Explicativas



inferior ao preço de exercício (R\$5,44), a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. Para as opções de venda, o vencimento da 2ª tranche em janeiro não causou impacto já que as opções naquela data possuíam valor igual a zero.

Observa-se que o impacto da variação do valor justo dos contratos de opções foi positivo para a Companhia, amenizando os efeitos negativos causados sobre o direito creditório de empréstimo de ações, destacado na nota 7.

9 Tributos a compensar

		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL	a.	4.467	7.725
Tributos retidos	b.	583	6.734
Ativo Circulante		5.050	14.459
Tributos a compensar - IRPJ/CSLL	a.	28.157	21.170
Ativo Não Circulante		28.157	21.170
Total		33.207	35.629

a. Tributos a compensar – IRPJ/CSLL

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em exercícios anteriores, devidamente atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos tributos a recolher (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e outros) forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, serviços prestados e JSCP, a serem compensados com o próprio tributo.

10 Depósitos judiciais

		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019
Cível	a.	3.179	3.179
Total		3.179	3.179

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

Notas Explicativas



11 Outros investimentos

Os investimentos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado							
	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A	GERDAU OUTRAS	CODEMGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2019	13.842	10.515	16.087	1.189	2.413	16	6	44.068
Devolução de ações emprestadas (i)	43.544	-	-	-	-	-	-	43.544
AVJ de Devolução de ações emprestadas	(516)	-	-	-	-	-	-	(516)
Ajuste a valor justo do (nota 15)	(20.125)	(4.190)	-	(591)	-	-	-	(24.906)
Impairment	-	-	106	-	-	-	-	106
Saldos em 31/03/2020	36.745	6.325	16.193	598	2.413	16	6	62.296

i) Devolução de ações emprestadas

Conforme consta na Cláusula Quatro ponto três – Instrumento Particular de Contrato de empréstimo de ações preferencias, firmado entre MGI e o Credit Suisse, as CMIG4s Emprestadas, uma vez emprestadas e colocadas à disposição do BICS (Banco de Investimentos Credit Suisse) pela MGI, serão devolvidas à MGI nas quantidades e datas de devolução definidas no Anexo 3.4 (Cada uma, uma quantidade aplicável de CMIG4s e uma data de devolução, respectivamente). Neste caso, o BICS obriga-se a restituir à MGI, em cada data de devolução, a quantidade aplicável de CMIG4s nas contas vinculadas, as quais ficarão oneradas nos termos do Contrato de Garantia e conforme os procedimentos ali estabelecidos. Foram devolvidas 3.120.278 ações CMIG4 à MGI em janeiro de 2020.

Em dezembro de 2019, com a divulgação do Aviso aos Acionistas da CEMIG da declaração de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, ocorreu ajuste nas quantidades de ações das opções flexíveis e consequentemente obrigando a Companhia a adquirir e transferir ações CMIG4 para o Credit Suisse. Em janeiro de 2020, ocorreu o vencimento da 2ª tranche das opções de compra e venda, com isso, a devolução de 4.878.571 ações CMIG4 para a MGI. Portanto, decidiu-se fazer o 7º aditamento do Contrato de Empréstimo de Ações CMIG4, com o BICS devolvendo apenas a diferença entre a quantidade que deveria ser devolvida e a quantidade de ações que deveria ser recebida da MGI, resultando em 3.120.278 ações CMIG4 devolvidas à MGI.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de março de 2020 está representado por 4.124.065 ações preferenciais da Cemig (25 ações livres e 4.124.040 ações bloqueadas), 154.640 ações ordinárias da Copasa, 59.422 ações da Gerdaul S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações contábeis intermediárias, classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (vide nota 23.m).

A MGI, baseando-se no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, apurou no período resultado negativo de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG, COPASA e GERDAU S.A. conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2019 (R\$)	Valor justo em 31/12/2019	Cotação em 31/03/2020 (R\$)	Aumento/(Diminuição) do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/03/2020	Ganho/Perda de Valor Justo(R\$)
CEMIG	4.124.065(*)	13,79	56.871	8,91	(4,88)	36.745	(20.125)
COPASA	154.640	67,99	10.515	40,90	(27,09)	6.325	(4.190)
GERDAU	59.422	20,00	1.189	10,05	(9,95)	598	(591)
TOTAL			68.574			43.668	(24.906)

(*) Ações CMIG4 adquiridas em janeiro de 2019 pelo preço de mercado R\$13,9554 por ação.

Notas Explicativas



Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Valor justo em 31/12/2018	Cotação em 31/03/2019 (R\$)	Aumento/(Diminuição) do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/03/2019	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)
CEMIG	81	13,86	1	13,90	0,04	1	-
COPASA	154.640	61,53	9.515	61,07	(0,46)	9.444	(71)
GERDAU	59.422	14,82	881	15,14	0,32	900	19
TOTAL	214.143		10.397			10.345	(51)

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 12.b, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Cemig - Livres	25	71
Cemig – Bloqueadas como garantia das Debêntures da 5ª Emissão	4.124.040	1.003.716
Cemig – Empréstadas (direitos creditórios - Vide nota 7.f)	82.935.717	86.055.995
	87.059.782	87.059.782

Notas Explicativas



12 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de março de 2020 estão assim evidenciados:

Tipo	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/03/2020
Debêntures						
Subordinadas (a)						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante	1.060.574	-	9.142	-	-	1.069.716
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(219.363)	-	17.740	-	-	(201.623)
Total	841.211	-	26.882	-	-	868.093
Debêntures 5ª emissão (b)						
Passivo circulante	74.151	23.975	11.386	(27.998)	(24.076)	57.438
Passivo não circulante	573.076	(23.975)	-	-	-	549.101
Total	647.227	-	11.386	(27.998)	(24.076)	606.539
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.488.437	-	38.268	(27.998)	(24.076)	1.474.632
Passivo circulante	74.151	23.975	11.386	(27.998)	(24.076)	57.438
Passivo não circulante	1.414.286	(23.975)	26.882	-	-	1.417.195

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos, o vencimento final, ocorrerá em 24 de julho de 2022, sem previsão de amortizações intermediárias ordinárias, entretanto, poderão ser feitas amortizações extraordinárias, a critério da Emissora.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

Notas Explicativas



b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie simples, com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização das debêntures da 5ª emissão ocorreu, em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas.

O prazo de amortização das Debêntures da 5ª Emissão é de 204 meses a partir da data de emissão, com amortizações semestrais a partir de julho de 2019 e vencimento final em 12 de julho de 2032.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “*covenant*”, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do *hedge*”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda pelo preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%.

A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento, sendo dispensada, dessa forma, da recomposição do IC no patamar mínimo de 185%.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo deste índice, o qual foi atendido em 31 de março de 2020.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 4.124.040 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia (vide nota 11); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

Notas Explicativas



13 Obrigações por repasses

		Controladora	
		31/03/2020	31/12/2019
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	9.572	9.168
Recursos da venda de imóveis de terceiros com EMG - partes relacionadas	b.	172	497
Créditos de terceiros	c.	1.767	2.082
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	21.607	21.557
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	10.644	10.644
Outras obrigações CP		200	267
Outras obrigações LP		556	556
		44.518	44.771
Circulante		33.318	33.571
Não Circulante		11.200	11.200

- Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160), conforme descrito na nota 7c, obrigações por repasse relativas a devoluções de saldo remanescente de convênios encerrados (R\$21.602), adiantamento para futuro aumento de capital classificado em obrigações (R\$8.484) e valores a repassar referente a rendimento de aplicação financeira nas vendas de imóveis (R\$5).

14 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(162.990)	8.724	8.724
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(55.417)	2.966	2.966
Receita de dividendos	(12)	(2)	(2)
Equivalência Patrimonial	-	107	-
Provisão/Reversão para perda de investimentos	(36)	(1.173)	(1.173)
Impairment Direitos creditórios	(4.418)	-	-
Ajuste a valor justo (i)	52.320	(5.600)	(5.600)
Tributo diferido não constituído	7.563	3.702	3.809
	-	-	-
Alíquota Efetiva	0%	0%	0%
Base de cálculo negativa/Prejuízo Fiscal (a)	22.244	10.891	11.205

- i. Ajustes a valor justo referente às ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na Demonstração do Resultado, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 7c) e Debêntures (nota 12).

a. Ativo fiscal diferido

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas desde o exercício de 2014 até 31 de março de 2020, no valor de R\$258.568 que seriam registrados no ativo diferido, a Companhia vem controlando os saldos somente no Lalur, visto que não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, conforme recomenda o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados por meio de outros resultados abrangentes. Nesse período, devido a grave crise mundial da COVID-19, os investimentos da Companhia apresentaram perda de AVJ, acarretando em base de cálculo negativa para esse trimestre. Como a companhia não vem registrando contabilmente ativo fiscal diferido lastreado em bases negativas de IRPJ e CSLL, a redução do passivo fiscal diferido foi limitado ao saldo existente em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Saldo acumulado bruto de diferenças temporárias	-	5.908	5.908
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	-	(1.477)	(1.477)
Contribuição social (9%)	-	(532)	(532)
Passivo fiscal diferido	-	(2.009)	(2.009)
Passivo fiscal diferido – 31 de dezembro de 2019		2.414	
Passivo fiscal diferido - 1º de janeiro de 2020		2.414	
Outros Resultados Abrangentes		(25.422)	
Imposto de renda (15% + adicional 10%)		(6.356)	
Contribuição social (9%)		(2.288)	
Passivo fiscal diferido constituído (revertido)		(2.414)	
Ativo Fiscal não constituído		(6.230)	
Passivo fiscal diferido - 31 de março de 2020		-	

Notas Explicativas



15. Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) dividendos da Codemge; (vi) dividendos Cemig; (vii) dividendos Copasa.

31/03/2020					
		Estado de MG	Cemig	Copasa	Total
Ativos					
Circulante:		864	234	135	1.233
Contas a receber, JCP e Dividendos	7.a e 7b.	864	234	135	1.233
Não Circulante:		60	-	-	60
Contas a receber	7.d	60	-	-	60
Passivos					
Circulante		21.779	-	-	21.779
Obrigações por Repasse	13.b.d	21.779	-	-	21.779
Não Circulante		878.737	-	-	878.737
Debêntures 2ª emissão	12	868.093	-	-	868.093
Obrigações por Repasse	13.d	10.644	-	-	10.644

31/03/2020						
		Estado de MG	Cemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas		611	-	-	159	770
Serviços Prestados	17	611	-	-	-	611
Participações Acionárias	17.b	-	-	-	159	159
Impairment	11	-	-	106	-	106
Outros Resultados	11	-	(20.641)	-	(4.190)	(24.831)
Abrangentes						
Custo com Debêntures 2ª Emissão	12	9.142	-	-	-	9.142

Notas Explicativas



31/12/2019							
	Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total
Ativos							
Circulante:	662	235	-	-	-	-	897
Contas a receber, JCP e Dividendos	662	235	-	-	-	-	897
Não Circulante:	271	-	-	-	-	-	271
Contas a receber	271	-	-	-	-	-	271
Passivos							
Circulante	22.054	-	-	-	-	-	22.054
Obrigações por repasse	22.054	-	-	-	-	-	22.054
Não Circulante	851.855	-	-	-	-	-	851.855
Debêntures 2ª emissão	841.211	-	-	-	-	-	841.211
Obrigações por repasse	10.644	-	-	-	-	-	10.644

31/03/2019							
	Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total
Receitas	806	-	(314)	-	-	178	670
Serviços Prestados	806	-	-	-	-	-	806
Participações Acionárias	-	-	-	-	-	178	178
Equivalência Patrimonial	-	-	(314)	-	-	-	(314)
Impairment	-	-	-	-	(129)	-	(129)
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.668)	-	-	-	(71)	(1.739)
Encargos financeiros Debêntures 2ª Emissão	12.969	-	-	-	-	-	12.969

As transações da MGI com partes relacionadas observam as diretrizes definidas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, especialmente os requisitos da competitividade, comutatividade, equidade, conformidade e transparência.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Diretoria	115	281
Conselho de Administração	88	74
Honorários	203	355

A redução observada na remuneração dos administradores se deve a uma reforma administrativa realizada na Companhia, com a redução do quantitativo de diretores.

Notas Explicativas



16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Neste 1º trimestre de 2020, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$14.643 com a finalidade de integralizar capital.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

	Posição em 31/03/2020 e 31/12/2019	
	Quantidade de Ações	%
Acionistas		
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%

Em 31 de março de 2020, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.178.044 e o capital social a integralizar no valor de R\$364.754.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.188.995 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP, agora incorporada, para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPPs.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou esses aportes de capital, um total de R\$1.188.995 da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não Circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de março de 2020 é R\$1.160.193 (R\$1.145.550 em 31 de dezembro de 2019).

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas



d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei, conforme sua Política de Distribuição de Dividendos e de seu Estatuto Social.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Média da quantidade de ações (em milhares)	574.439	574.439	574.439
Resultado do período	(162.990)	8.724	8.724
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(283,74)	15,19	15,19

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/03/2020 e 31/12/2019, sendo o resultado diluído equivalente ao resultado básico.

17. Receitas

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Receitas de serviços	611	806	806
Receitas de recuperação de créditos	1.167	728	728
Receitas de atualização de créditos	a. 13.559	16.980	16.980
Receita de participação acionária	b. 195	184	184
Receitas de vendas de imóveis	74	-	100
Ajuste a valor justo de DCA	7c. 4.252	9.619	9.619
Impostos sobre serviços (ISS)	(30)	(41)	(41)
PIS/COFINS	(175)	(147)	(156)
Receita Total	19.653	28.129	28.220

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e venda de direitos de subscrição de ações decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Copasa - parte relacionada	159	178	178
Gerdau	36	6	6
Total	195	184	184

Notas Explicativas



18. Custos

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Pessoal	799	737	737
Obrigações por repasse	244	310	310
Serviços de terceiros	241	139	139
Despesas judiciais	21	55	55
Juros sobre debêntures	a. 20.427	28.281	28.281
Encargos financeiros com opções	b. 14.736	-	-
Amortização de custos de transação	101	101	101
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	17.740	15.047	15.047
Custos dos imóveis vendidos	399	-	121
Demais custos	25	28	28
Custos Total	54.733	44.698	44.819

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.
b. Refere-se a valores pagos pelo exercício de opções flexíveis de compra (nota 8).

19. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Receitas Financeiras			
Receitas aplicações financeiras	1.868	2.574	2.578
Receitas de atualização de créditos	328	425	441
Juros ativos	-	2	2
PIS/COFINS	(732)	(928)	(929)
	1.464	2.073	2.092
Despesas Financeiras			
IOF	(3)	(27)	(27)
Outras despesas	(4)	(5)	(5)
	(7)	(32)	(32)
Resultado Financeiro Líquido	1.457	2.041	2.060

20. Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2019
Ajustes a valor justo				
Ganho/(perda) de AVJ das ações da Cemig emprestadas	7.f	(404.210)	4.681	4.681
Ganho/(perda) de AVJ das opções de venda	8	26.372	(2.031)	(2.031)
Ganho/(perda) de AVJ das opções de compra	8	236.803	13.170	13.170
Ganho/ (perda) de AVJ dos Direitos de Crédito Autônomos	7c	642	6.080	6.080
		(140.393)	21.900	21.900

Notas Explicativas



21. Convênios

No período compreendido entre outubro de 2013 e dezembro de 2015, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, vários aumentos de capital, totalizando o montante de R\$1.085.624, totalmente integralizado, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, com o objetivo de promover por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou novos aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais já foi integralizado o montante de R\$103.371 até 31 de março de 2020, restando R\$115.435 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2020.

A MGI repassou aos convenientes, neste 1º trimestre de 2020, o montante de R\$170 referentes a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$218 no período, a variação líquida foi negativa em R\$48, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.167.441 em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.167.393, em 31 de março de 2020.

Convênios

Secretarias	31/12/2019	Movimentação		31/03/2020
	Saldo inicial	Pagamentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Inst. Des. Do Norte e Nordeste de MG - IDENE	1.899	-	-	1.899
Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável – SEMAD+ Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	89.535	-	(9)	89.526
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP	14.165	-	-	14.165
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT.	19.946	-	-	19.946
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA	994.344	170	(209)	994.305
Sec. Est. Des. Social de MG – SEDESE	34.700	-	-	34.700
Sec. Est. Governo – SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Des. Econômico SEDE	3.600	-	-	3.600
	1.167.441	170	(218)	1.167.393

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

Notas Explicativas



O procedimento relacionado à prestação de contas abrange sua apresentação à Secretaria Interveniente em até 90 dias após a extinção do convênio pelo fim da vigência. As análises dessas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio.

As Secretarias Intervenientes são responsáveis por uma primeira análise e emissão dos respectivos pareceres técnico e financeiro.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a vistoria (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento do objeto conveniado implica a reprovação das contas, ficando o conveniente, por consequência, impedido de receber repasses voluntários, além da instauração de Tomada de Contas Especial.

Concluída as análises pelas Intervenientes, os convênios são encaminhados à MGI para julgamento.

Conforme detalhamento nos quadros abaixo a Companhia, na referência de 31 de março de 2020, apresenta em seus controles internos o quantitativo de 1.521 convênios celebrados, e descritos da seguinte forma:

Convênios	Quantidade	Valor
Convênios Vigentes	267	160.458
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	1.030	454.924
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	159	559.673
Julgados reprovados	1	100
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	52	30.988
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	6	4.716
Encerrado	1	1.926
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	4	2.595
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.215.780

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios.

Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI.

Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

Notas Explicativas



- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável).

Em seu parecer, os especialistas afirmam que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d). Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas informações contábeis intermediárias, conforme apresentado abaixo:

Notas Explicativas



CONTROLADORA	31/03/2020	Ajuste	31/03/2020 divulgado	CONTROLADORA	31/03/2020	Ajuste	31/03/2020 divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	169.541	-	169.541	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.167.393)	21.602
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	2.671.080	(1.167.393)	1.503.687	Outros	1.952.175	-	1.952.175
Outros	300.549	-	300.549				
Total do ativo	3.141.170	(1.167.393)	1.973.777	Total do passivo e PL	3.141.170	(1.167.393)	1.973.777

CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019 divulgado	CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	31/12/2019 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	220.358	-	220.358	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.167.441)	21.554
Ctas. a rec. de clientes e outros créd.	3.065.448	(1.167.441)	1.898.007	Outros	2.379.121	-	2.379.121
Outros	282.310	-	282.310				
Total do ativo	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675	Total do passivo e PL	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

- Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024 proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7-e). O valor atualizado da causa é de R\$54.760 e em conexão existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$10.360. Os valores estão atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas informações contábeis intermediárias.. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

Notas Explicativas



23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas contábeis intermediárias.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreram alterações na política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontra-se apresentada ao longo das informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, as análises de sensibilidade aos riscos de mercado apresentados nessa nota explicativa, que incluem os impactos das variações de taxas de juros e preços de ações nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros, já consideram o atual cenário causado pela pandemia.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida com base no seu Estatuto Social e em sua Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão. Essa política define as diretrizes a serem observadas para a gestão de riscos, controles internos e integridade.

A MGI adota o modelo das 3 linhas de defesa proposto pela Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA:

1ª linha de defesa: a primeira linha de defesa é composta pelas unidades gerenciais, competindo-lhes, entre outras atribuições manter controles internos eficazes, implementar ações corretivas para procedimentos e controles, conduzir, diariamente, procedimentos de riscos e controles inerentes a suas atividades e zelar pela aderência da equipe aos dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis à sua unidade.

2ª linha de defesa: a segunda linha de defesa é formada pelo Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos, unidade interna de governança com previsão estatutária e dotada de autonomia e independência para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos. A essa unidade compete, entre outras atribuições, elaborar modelos e mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, alinhados ao perfil de riscos e aos objetivos estratégicos da Companhia, coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que a Companhia está sujeita, propor o aprimoramento de políticas, diretrizes e normas complementares, monitorar as atividades da 1ª linha de defesa e reportar à Diretoria Executiva e, quando necessário, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário, a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia.

Notas Explicativas



3ª linha de defesa: a 3ª linha de defesa é composta pela Gerência de Auditoria Interna, a quem compete, entre outras atribuições, avaliar, de forma independente, a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gestão de riscos e controles internos. A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Responsabilidade dos órgãos estatutários no âmbito da Política de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão:

Diretoria Executiva: institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de integridade, riscos e controles internos, com a adequada alocação de recursos humanos e financeiros, patrocinar a disseminação da cultura da integridade, gestão de riscos e controles internos, supervisionar o mapeamento e avaliação de riscos que possam comprometer a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e propor ao Conselho de Administração o perfil de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: supervisionar as atividades desenvolvidas na unidade de auditoria interna, avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, bem como a adequação dos mecanismos de gestão da integridade, riscos e controles internos, recomendar a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos.

Conselho de Administração: definir o perfil de riscos da Companhia, em alinhamento com os objetivos estratégicos e os interesses dos acionistas, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, aprovar as políticas e normas de gestão da integridade, riscos e controles internos e suas revisões.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos da Companhia é realizado com a participação de todos os colaboradores e coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos. A avaliação de riscos é realizada com base em matriz de calor, em que o risco é avaliado como baixo, médio, alto ou extremo, com base nos eixos de probabilidade e de impacto.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros:

(i) Direitos de Crédito Autônomos (nota 7.c)

Os Direitos de Crédito Autônomos apresentam um risco de crédito com alto grau de probabilidade, uma vez que, pela própria natureza da carteira, composta por parcelamentos de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, existe uma tendência de aumento da inadimplência ao longo do tempo.

O impacto desse risco seria a insuficiência de recursos para liquidação das debêntures subordinadas, emitidas para aquisição da carteira, uma vez que a terceira emissão de debêntures, também vinculada aos direitos creditórios, foi liquidada em 2017. A escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela

Notas Explicativas



Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro.

A fim de assegurar a fidedignidade das informações contábeis intermediárias, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas.

(ii) Créditos a receber – Góes Cohabita – nota 7.e

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização.

(iii) Outras contas a receber

As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante.

(iv) Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.f e 8)

Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig.

A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros – Controladora					
Ativo	Posição em 31/03/2020	Posição em 31/12/2019	Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Caixa MGI	1	2	N/A	N/A	N/A
Conta Corrente	41	1	Itaú	Aa1	Moody's
Conta Corrente	1	-	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	9.543	8.942	Banco do Brasil	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	12.550	10.618	Itaú	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	11	11	Caixa Econômica Federal	Aa1	Moody's
Aplicação Financeira	-	1	Mercantil do Brasil	Caa1	Moody's
Aplicação Financeira	161.259	212.192	Banco Credit Suisse Brasil	(*)	N/A
Opções Flexíveis de Venda	57.841	31.469	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*)	N/A
Direitos Creditórios - Empréstimo de ações	738.957	1.186.712	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA	Fitch
Total	980.204	1.449.948			

(*) Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (22,34% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas



d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Trimestre findo em 31/03/2020	Controladora					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	167	-	-	-	-	167
Debêntures Subordinadas	-	-	-	868.093	-	868.093
Debêntures 5ª Emissão	-	-	57.438	240.760	308.341	606.539
Obrigações por repasse	-	200	33.118	11.200	-	44.518
Contrato de opções flexíveis	-	-	4.649	101.325	74.987	180.961
Total	167	200	95.205	1.221.378	383.328	1.700.278

Exercício findo em 31/12/2019	Controladora					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	253	-	-	-	-	253
Debêntures Subordinadas	-	-	-	841.211	-	841.211
Debêntures 5ª Emissão	-	-	74.151	240.760	332.315	647.226
Obrigações por repasse	-	267	33.304	11.200	-	44.771
Contrato de opções flexíveis	-	-	26.500	226.650	164.613	417.763
Total	253	267	133.955	1.319.821	496.928	1.951.224

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,12 na posição de 31 de março de 2020 (1,20 em 31 de dezembro de 2019). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,12 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 2,20 em 31 de março de 2020, o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$2,20 no Ativo Circulante (excluído o estoque de imóveis para a venda). A análise realizada é qualitativa e quantitativa. Em relação aos ativos vinculados a obrigações específicas, o cálculo dos índices de liquidez reflete a correta proporção entre ativo e passivo circulante e não circulante.

Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a

Notas Explicativas



Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo.

As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos.

e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

f. *Risco relacionado ao mercado de capitais*

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig (“CMIG4”), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária.

A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculados a esses instrumentos.

g. *Risco relacionado à taxa de juros*

A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	13.822	11.406
Aplicações financeiras vinculadas	169.541	220.358
Total de direitos creditórios (a)	868.095	841.211
Debêntures	(1.474.633)	(1.488.437)
Saldo líquido de exposição	(423.174)	(415.462)

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significantemente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o “Total de direitos creditórios” nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI.

Notas Explicativas



Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de março de 2020, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

(Aumento das despesas financeiras líquidas - em milhares de reais)			
Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aumento do CDI	-	3.861	7.723
Impacto no Saldo Líquido			
Premissas para a análise de sensibilidade:			
Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *	3,65	4,56	5,48

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próximo a projetada pelo boletim Focus divulgado em 29 de maio de 2020, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 3,38%.

h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 1,8816% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de março de 2020, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,0153%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/03/2020	Variação de um ponto percentual na cotação	Impacto no PL
Cemig	36.745	242	0,0891%
Cemig Emprestadas	738.957	4.877	1,7925%
Copasa	6.325	41	0,0153%
Gerdau –GGBR4	597	6	0,0022%

Notas Explicativas



Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da CEMIG, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda.

A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis				Cenário (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
				8,91	11,14	13,37
Opções de Compra	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2020	Aumento (redução) do valor a pagar em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2020	4.878.571	11,10	1.132	-	2.290	4.580
Tranche vincenda em 13/01/2021	4.878.571	11,10	3.517	-	3.825	7.650
Total			4.649	-	6.115	12.230
Opções de Venda	Quantidade de Opções	Preço de Exercício	Valor Justo em 31 de março de 2020	Aumento (redução) do valor a receber em 12 meses		
Tranche vincenda em 13/07/2020	4.878.571	5,44	66	-	-	-
Tranche vincenda em 13/01/2021	4.878.571	5,44	823	-	-	-
Total			889	-	-	-

j. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

Na posição de 31 de março de 2020, o capital de terceiros representa 625% do Patrimônio Líquido da Companhia. No período ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2019, quando esse índice era de 441%, devido à queda nos investimentos em Instrumentos Patrimoniais da Companhia ocorrido pela grave crise mundial de COVID-19. Do total de capital de terceiros, em 31 de março de 2020, apenas 5,6% corresponde a obrigações de curto prazo.

Notas Explicativas



Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

Natureza	Nota	Capital de terceiros			
		31/03/2020	%	31/12/2019	%
Passivo circulante					
Passivo Operacional (*)		34.906	2,1	37.428	2,0
Opções Flexíveis de Compra	8	4.649	0,3	26.500	1,0
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	57.438	3,4	74.151	4,0
Subtotal Passivo Circulante		96.993	5,7	138.079	7,0
Passivo não circulante					
Passivo Operacional (*)		11.200	0,7	13.615	2,0
Opções Flexíveis de Compra	8	176.312	10,4	391.263	20,0
Debêntures subordinadas (2ª emissão)	12	868.093	51,0	841.211	43,0
Debêntures com Garantia Real (5ª emissão)	12	549.101	32,3	573.075	29,0
Subtotal Passivo não circulante		1.604.706	94,3	1.819.164	93,0
Passivo Total		1.701.699	100,0	1.957.243	100,0

(*) O passivo operacional é composto por fornecedores a pagar; salários e encargos sociais a pagar; tributos a recolher; obrigações por repasse e passivo fiscal diferido.

k. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Com a implementação do Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos e a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, a Companhia passou a adotar práticas mais estruturadas e sistêmicas de Gerenciamento de Riscos e Compliance, buscando assegurar que os riscos sejam mantidos em patamares aceitáveis.

As práticas incluem a identificação, análise e avaliação de riscos, definição de resposta aos riscos, implementação ou aprimoramento de políticas, procedimentos e controles internos, monitoramento, comunicação e treinamento.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia elaborou plano de contingência com o intuito de proteger a saúde de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, manter suas atividades operacionais e administrativas em pleno funcionamento. Aderindo às recomendações do Comitê Extraordinário COVID-19, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Companhia implementou gradativamente o regime de teletrabalho para os seus colaboradores a partir de 16 de março de 2020, com gradual adesão, a começar pelos grupos mais vulneráveis ao risco. Na data de divulgação dessas informações, a adesão ao regime de teletrabalho corresponde a cerca de 95% do quadro de colaboradores, mantendo-se apenas uma estrutura mínima de trabalho presencial. Por meio de tecnologias de trabalho remoto e comunicação virtual, a Companhia vem mantendo suas operações em pleno funcionamento.

Notas Explicativas



1. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora			
	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao Custo Amortizado	1.073.913	1.073.913	1.095.202	1.095.202
Caixa e equivalente de caixa	13.865	13.865	11.409	11.409
Títulos e valores mobiliários	169.541	169.541	220.358	220.358
Contas a receber de clientes (exceto DCA e Credit)	22.412	22.412	22.224	22.224
Direitos de Créditos Autônomos - DCA	868.095	868.095	841.211	841.211
Ao Valor Justo por meio do resultado	796.798	796.798	1.218.181	1.218.181
Direitos Creditórios Credit Suisse	738.957	738.957	1.186.712	1.186.712
Contratos de opções flexíveis	57.841	57.841	31.469	31.469
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	62.296	62.296	44.068	44.068
Outros investimentos	62.296	62.296	44.068	44.068
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.519.318	1.519.318	1.533.462	1.533.462
Fornecedores	167	167	253	253
Obrigações por repasse	44.518	44.518	44.771	44.771
Debêntures	1.474.633	1.474.633	1.488.437	1.488.437
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	180.961	180.961	417.763	417.763
Contratos de opções flexíveis	180.961	180.961	417.763	417.763

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Contas a receber de clientes e Direitos de créditos autônomos** - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Fornecedores** - são obrigações financeiras com prestadores de serviço e fornecedores de materiais. Reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas



- **Debêntures** – são títulos de dívida que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. Com relação às debêntures subordinadas, foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo e após são mensuradas ao custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos. Para as debêntures de 5ª emissão, a Companhia considerou o valor justo substancialmente igual ao contábil.
- **Obrigação por repasse**—as obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em conformidade com as características e perfil de risco associados à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

m. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Notas Explicativas



- (i) **Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) **Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) **Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Nota	Saldo em 31/03/2020	Valor justo em 31 de março de 2020	
			Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)
Contas a receber - Credit Suisse	7.f	738.957	738.957	-
Contratos de opções flexíveis	8	57.841	57.841	-
Investimentos em Cias Abertas - Cemig, Copasa e Gerdau S.A.	11	43.668	43.668	-
Investimentos em Cias Fechadas - Grupo Gerdau, Codemge e BDMG	11	18.628	-	18.628
		859.094	840.466	18.628

A nota explicativa 11 apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Codemge e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, consequentemente, os preços de mercado de suas ações não estão disponíveis. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois é a forma mais confiável para estimar o seu valor justo.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2020, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora	
	31/03/2020	31/12/2019
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	770	1.400
TOTAL	3.770	4.400

Notas Explicativas



As premissas de riscos adotadas pela Companhia para contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

25. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que a principal atividade desempenhada pela Companhia atualmente, em atendimento ao interesse coletivo, é a gestão de ativos do Estado de Minas Gerais, atuando na recuperação de créditos em liquidação e venda de imóveis, propiciando, assim, a arrecadação de receitas para os cofres públicos e, ao mesmo tempo, a redução das despesas inerentes a esses ativos.

Outras atividades desempenhadas pela Companhia para a consecução do interesse coletivo são relacionadas aos direitos de crédito autônomos e debêntures, participações acionárias e convênios.

Os dados operacionais e financeiros dessas atividades estão descritos no Relatório da Administração.

Conselho de Administração

Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente
Andresa Linhares de Oliveira Nunes, - Vice-Presidente
Eduardo Guardiano Leme Gotilla - Membro
Andrea Riechert Senko - Membro
Leonora Maria Aparecida - Membro
Silvia Caroline Listgarten Dias - Membro
Marília Carvalho de Melo - Membro

Diretoria Executiva

Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente
Nilma Alves dos Santos Gonçalves - Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas e Administradores da
MGI Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 02 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Bruno Costa Oliveira
Contador CRC-1BA031359/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A ENCERRADAS EM 31 DE MARÇO DE 2020

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da MGI - COAUD, reunidos com o contador da Companhia e com a Ernst & Young Auditores Independentes, representada pela diretora e pelo gerente de auditoria, analisaram as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) da Companhia, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Os membros do Comitê de Auditoria destacam que não receberam, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Ernst & Young sobre a revisão dessas mesmas informações financeiras trimestrais emitido sem ressalvas, bem como os respectivos documentos complementares apresentados nesta reunião e arquivados na sede da Companhia e, após as discussões e os esclarecimentos pertinentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, manifestam-se favoravelmente às referidas Informações Financeiras Trimestrais, recomendando-as à aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2020.

Carlos Antônio Duarte
Coordenador

Regina Célia Nigri dos Santos
Membro

Heliomar Aparecido Rezende
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais individuais do período findo em 31 de março de 2020.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2020.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, referente às informações trimestrais individuais do período findo em 31 de março de 2020.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 02 de junho de 2020.

Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

Nilma Alves dos Santos Gonçalves
Diretora Administrativo-Financeira e de Relação com Investidores